

Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood.

Cristiano Alencar Arrais *

Resumo: Este trabalho procura dimensionar a evolução da proposta collingwoodiana acerca da relação entre passado e presente, sintetizada nas noções de imaginação histórica - cuja tarefa é tornar o passado um objeto acessível ao pensamento através de um modelo construtivo de interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas - e de pensamento mediado - sendo o pensamento mais do que uma mera sensação, ele pode existir em diferentes tempos sem perder sua identidade, na medida em que existe um contexto adequado para sua re-constituição. Tais noções remetem à evolução de suas reflexões acerca da natureza do conhecimento histórico, concretizadas em alguns de seus escritos, tais como suas *lectures* de 1928, *An autobiography* de 1939 e em *The Idea of History* de 1946.

Palavras-chave: imaginação histórica, pensamento mediado, Collingwood

Abstract: This study seeks to measure progress of the Collingwood's proposal about the relationship between past and present, synthesized in the concepts of historical imagination - whose function is to convert the past in a accessible object to thought through a constructive model of interpolation between the statements made by sources and others, deductible the same - and mediated thought - if the thought is more than a feeling, it can exist in different times without losing their identity, insofar as there is an appropriate context for its re-enactment. These concepts refer to the evolution of his thoughts about the nature of historical knowledge, achieved in some of his writings, like his *lectures* of 1928, *An autobiography* of 1939 and *The Idea of History*, of 1946.

Key-words: historical imagination, mediated thought, Collingwood

INTRODUÇÃO

Início minhas considerações com uma constatação: a obra e as contribuições de R. G. Collingwood para as investigações no campo da teoria da história são pouco conhecidas no Brasil. O que pode ser comprovado pela discreta e parcimoniosa recepção que a filosofia da história collingwoodiana - assim como boa parte da historiografia britânica - possui em nosso país. O conhecimento da obra deste professor de Oxford reduz-se à sua obra póstuma e fragmentária, *The idea of History* (1946) que foi revisada e editada por um discípulo, alguns anos após sua morte. E mesmo assim, sua atenção volta-se mais para o desenvolvimento da idéia de história desde a historiografia clássica até o século XIX, do que necessariamente para sua proposta filosófica¹.

* Doutor em História pela UFMG. Professor Adjunto de Teoria e Metodologia da História da UFG.

¹ A quarta parte de *Idea of History*, intitulada epilogomenos, é, na verdade a reunião de alguns manuscritos oriundos de conferências, artigos e textos que, à época da publicação, não poderia constituir, segundo Knox,

Esse relativo desconhecimento no Brasil, entretanto, não encontra eco no panorama intelectual de língua inglesa. Nas décadas seguintes a contribuições de Collingwood foram constantemente visitadas por autores como P. Gardiner, (1952), Louis Mink (1969), Donagan (1962), W. G. Walsh (1978), além de, nos últimos anos, com a descoberta de uma grande quantidade de manuscritos não publicados, de outras obras, seu interesse ter ganho um novo fôlego². Parte desse desconhecimento, entretanto, pode ser explicado pelo próprio temperamento pouco comedido de Collingwood. Sua reputação era de ser um lobo solitário entre os filósofos de Oxford, principalmente no período imediatamente anterior à deflagração da Segunda Guerra Mundial (COLLINGWOOD, 2002). Seus ataques diretos à política de conciliação adotada pelo Governo britânico frente ao fortalecimento da Alemanha nazista e o agravamento de seu estado de saúde ao final da década de 1930 apenas reforçaram sua predisposição ao isolamento intelectual.

Apesar de transitar por uma série de temas, tais como filosofia, religião, antropologia, cosmologia e estética, o principal campo de atuação de Collingwood era a arqueologia da Grã-bretanha no período de ocupação romana - através do qual era mais conhecido em sua época - e filosofia da história. E foi justamente procurando associar esses dois campos de interesse que Collingwood desenvolveu seu método de trabalho que, posteriormente, daria origem à sua idéia de re-constituição da experiência passada:

Achei isso não apenas uma deliciosa tarefa, mas um magnífico exercício, para acompanhar os trabalhos dos filósofos contemporâneos cuja visão difere muito da minha própria, (...) para reconstruir os seus problemas na minha mente, e para estudar, muitas vezes com animada admiração, a maneira com que eles tinham tentado resolvê-los. (...) Esta forma de tratar o pensamento de outras pessoas, embora formalmente dedutível de minha 'lógica de pergunta e resposta', tinha se tornado um hábito muito antes de eu começar a trabalhar com essa lógica. Pensar dessa maneira sobre os filósofos e não por mim mesmo, como eu havia insinuado, é pensar sobre eles historicamente. (COLLINGWOOD, 2002: p. 57-58)

A filiação baconiana deste método é admitida por Collingwood, na medida em que indica a necessidade da realização, por parte do historiador, de uma tarefa semelhante à do

uma obra separada. Daí a incoerências, sobreposições e descontinuidades entre os supostos capítulos, elaborados em momentos distintos da carreira de Collingwood, entre 1935, 1936 e 1939.

² Entre os artigos publicados em periódicos, Cf. por exemplo: Arnau, 2006; Belvedresi, 1997; Boucher, 1997; Durval, 1939; Kemp, 2003; Roldán, 1991; Dussen, 1997. Dray (1994, p. 82) afirma, por exemplo, que "Qualquer pessoa familiarizada com os rumos que a filosofia analítica da história tomou nas últimas quatro décadas terá uma surpresa com o alcance da obra não publicada de Collingwood que (...) antecipa não somente os interesses mas em alguns casos até mesmo a linguagem daqueles autores que trabalharam com essa tradição (...). Ainda mais impressionante é a intensidade com que Collingwood antecipa aqui os argumentos e modos de análise de muitos daqueles que tomaram parte na assim chamada controversia sobre a "coverin law model", no interior da debate sobre a natureza da explicação histórica (como por exemplo, Hempel, Donagan, Mink)".

cientista, qual seja, decidir o que pretende saber, formulando essa pretensão na forma de uma pergunta e descobrir os meios de obrigar a natureza a responder às mesmas. Donagan (1962) vê nessa associação uma tentativa frustrada de aproximação dos métodos da ciências da natureza com os métodos da história, que aproximaria Collingwood das concepções realistas com as quais flertava em seus anos de formação. Essa interpretação, entretanto, me parece ser um erro. Afinal, segundo o próprio Collingwood, realizar esse empreendimento significa garantir a autonomia da história frente aos outros campos do conhecimento, como exporei mais adiante. É também a partir dessa influência baconiana que o autor realizará sua leitura da tradição idealista continental e da tradição neo-kantiana alemã, em especial da obra de Dilthey, que marcará o conceito de imaginação histórica e sua proposta de re-constituição da experiência passada.

1.

O conceito de imaginação histórica está associado ao que Collingwood intitula "critério da verdade histórica", ou seja a idéia de que a história, sendo um tipo de conhecimento dedutivo daquilo que é transitório, não pode extrair certezas das fontes porque é a veracidade das afirmações da própria fonte que está em questão: "para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredicto que só ele pode lançar" (COLLINGWOOD, 1981: 294). Por isso o historiador deve transcender aquilo que as fontes lhe dizem através de um modo construtivo (BELVEDRESI, 1997), procedendo a uma interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas. Essa interpolação é apriorística, ou seja, é uma construção a partir daquilo que é exigido pela evidência. Ela se constitui através de um processo imaginativo utilizado para re-constituir a relação entre dois processos. Esses dois elementos caracterizam a imaginação *a priori*, da qual a imaginação histórica constitui um de seus desdobramentos especializados. É ela que produz a continuidade própria da narrativa histórica, que se caracteriza por ter um papel "que não é propriamente ornamental, mas estrutural (...) é ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica" (COLLINGWOOD, 1981: 298).

O conceito de imaginação histórica foi analisado por Louis Mink (1969) que percebeu no mesmo, caso aceito na prática historiadora, a legitimação das perspectivas de tipo subjetivistas e idiosincráticas visto que destruiria a distinção entre história e ficção. Essa associação tem certo fundamento: o próprio Collingwood indica o paralelismo com a obra do romancista no momento da narração dos eventos, da descrição de situações e da análise de

personagens, além de sustentar a importância da imaginação livre, utilizada pelo artista, como uma das formas assumidas pela imaginação *a priori*. A divergência entre estes dois tipos de narração, porém, existe na medida em que o quadro que o historiador constrói objetiva a veracidade, associada, a uma descrição que, ao mesmo tempo: 1. esteja situada temporal e espacialmente; 2. mantenha uma coerência interna e com o mundo histórico que está descrevendo; 3. estabeleça uma relação com as “provas” (COLLINGWOOD, 1981: 303). Além disso, ao contrário de um romancista, a narrativa produzida sob o controle da imaginação histórica não age partindo de uma simples questão de preferência particular em relação às fontes utilizadas, mas de uma preferência relacional, buscando estabelecer a coerência entre o mundo histórico constituído na mente do historiador e os “fatos pressupostos”, oriundos do trabalho de crítica realizado pela imaginação histórica.

Boucher (1997: 316) reconheceu no conceito de imaginação histórica collingwoodiano, uma proximidade com a filosofia hermenêutica de Gadamer, na medida em que reconhece que o problema postulado pelos dois atores (“o que ocorre quando interrogamos um texto?”) possui respostas similar:

A resposta de Gadamer é que o nosso horizonte se funde com o do texto. Isso não é uma questão de método, mas sim uma condição ontológica. Pode-se ir adiante e afirmar que o modo como esses horizontes se fundem pode ser regulado através da adoção de um método. É o mesmo caso, penso eu, de Collingwood. Quando nos engajamos na interpretação histórica, quer queiramos ou não, nossa imaginação a priori entra em jogo. Essa é uma condição ontológica da compreensão. Mas a forma como ela entra em jogo é uma questão de método histórico, por isso o historiador deve justificar a sua leitura da prova, em outras palavras, o método histórico impõe à imaginação a priori do historiador condições para os quais a imaginação a priori de um romancista histórico não domina. A doutrina de Collingwood não é, portanto, radicalmente subjetivista, é um reconhecimento da responsabilidade pessoal na interpretação.

Certamente, o próprio Gadamer reconhece alguma proximidade entre seu pensamento e o método collingwoodiano de "perguntas e respostas" (GADAMER, 2002: 459-462), muito embora perceba as limitações de sua interpretação ao criticar as categorias utilizadas em *The Idea of History* para se aproximar do procedimento hermenêutico. Entretanto, a temática da responsabilidade pessoal do historiador no ato da interpretação é apenas esboçada na conferência que leva o título de "Imaginação Histórica", publicada em *The Idea of History*. O certo é que esta questão será desenvolvida não como tema separado, mas no interior de suas reflexões acerca da autonomia da história.

Autonomia significa, neste contexto, a certificação da história como disciplina científica, na medida em que enfatiza a idéia de que o historiador tem o direito e o dever de

escolher os métodos próprios para a solução dos problemas que levanta no exercício de sua ciência. Essa perspectiva é confirmada em *An Autobiography*:

Eu tinha aprendido por experiência própria que a história não é uma questão de tesoura e cola, mas está muito mais próxima da noção baconiana de ciência. O historiador tem de decidir exatamente o que quer saber, e se não houver uma autoridade para dizer-lhe, como de fato (um ensinamento do tempo) nunca existe, ele tem de encontrar um pedaço de terra ou algo que tenha uma resposta escondida na mesma, e obter a resposta por meios legítimos ou ilícitos. (COLLINGWOOD, 2002: 81).

Mas significa também uma relação muito particular entre o historiador e o material que utiliza para a produção de sua narrativa histórica na medida em que se torna responsável por aquilo que será inserido em seu texto. Um tipo de história construtiva só seria possível na medida em que ao longo de todo o processo de produção do conhecimento (no ato de seleção, interpolação e crítica) a imaginação histórica fosse ativada. Nesse sentido, tanto os vestígios do passado quanto a historiografia deveriam assumir um mesmo *status*: de prova. Por prova, Collingwood concebe tudo aquilo que o historiador utiliza em sua reconstituição imaginativa, a partir do momento que lança uma questão sobre o passado. Daí porque o problema da imaginação histórica só pode ser plenamente executado na medida em que se reafirma a idéia da história como ciência autônoma e o historiador como responsável por todas as informações que sustenta em seu trabalho. É que "a sua teia de construção imaginativa (...) não pode extrair sua validade do facto de estar (...) presa a certos factos. (...) Quer aceite quer rejeite, modifique ou reinterprete aquilo que lhe comunicam as chamadas autoridades, ele é que é responsável pelas afirmações que (...) faz" (COLLINGWOOD, 1981: 301).

2.

Essa formulação do conceito de imaginação histórica permite aproximarmos do ponto mais delicado da filosofia da história collingwoodiana: sua idéia de que toda a história é história do pensamento. Ele escreve: "História não significa saber que eventos se seguiram a quê. Significa transportar-se para o interior da cabeça das outras pessoas, observando, nessa situação através dos seus olhos, e pensar por si mesmo se a forma que a mesma foi abordada era o caminho certo" (COLLINGWOOD, 2002: 57-58). A citação anterior é apenas uma das formas através das quais Collingwood enuncia sua polêmica idéia, apontando, porém, dois elementos importantes: a concepção de história como algo que vai além da mera reunião de eventos e a fixação numa perspectiva crítica.

Ocorre porém, que somente a partir de 1928 tal noção começa a ser expressa. É também a partir da mesma data que a própria concepção acerca da natureza do conhecimento histórico sofre substanciais modificações. Assim, se por exemplo, em suas *Lectures on the Philosophy of history* de 1926 (que na verdade inauguram suas reflexões no campo da filosofia da história) a história era definida como o estudo dos acontecimentos passados (DONAGAN, 1962), a partir de 1928, em *Outlines of a Philosophy of history*, o objeto dos estudos históricos é agora restringido apenas para o campo dos assuntos humanos. Essa mesma definição será seguida ao longo de toda a década de 1930, e desenvolvida em alguns de seus principais textos, marcando um redirecionamento fundamental nas reflexões de Collingwood e fornecendo a base a partir do qual sua noção de *re-enactement* poderá desenvolver-se³. Isso porque, ao invés de procurar aproximar a história enquanto disciplina científica do campo das ciências da natureza, o autor faz o caminho inverso através da conclusão de que

a ciência natural, como uma forma de pensamento, existe e existiu sempre em um contexto histórico e depende para sua existência do pensamento histórico. A partir disso, me aventuro a inferir que ninguém poderá compreender a ciência natural a não que compreenda a História: e que ninguém poderá responder à pergunta sobre o que é a natureza a não ser que saiba o que é a história (COLLINGWOOD, 2006: 243).

Ela seria, neste sentido, dependente de outra forma de pensamento, qual seja, a história. Essa mesma associação é reforçada nas considerações que tece sobre a natureza dos eventos estudados pelo historiador, tomando agora como referência a idéia de que os mesmos caracterizam-se por possuir uma identidade interna e externa, ou seja, ao contrário das ciências da natureza, as ações com as quais o historiador se ocupa não são meros eventos, mas pensamentos expressos em atos, sem que isso signifique a redução de um ao outro, "pensamento em ação", segundo Walsh (1978) e não a mera especulação abstrata. Por pensamento Collingwood entende algo que está para além de um fluxo contínuo de consciência ou uma sucessão de estados imediatos que possuem uma limitação temporal. Nesse sentido, dizer que um pensamento existe apenas no interior de seu contexto é reduzir a existência de um pensamento à sua experiência imediata. O pensamento é uma atividade que está fora dessa corrente imediata da consciência, que é capaz de apreender sua estrutura geral e garantir aos indivíduos a apreensão das experiências humanas individuais e coletivas: "Só se pode conhecer a atividade mental de outra pessoa a partir da suposição de que essa atividade

³ Na verdade o termo já havia aparecido esporadicamente em outros momentos, como por exemplo em *Religion and Philosophy* (1916), em *Croce's Philosophy of History* (1921) e em *Oswald Spengler and the Theory of Historical Cycles* (1927), mesmo que ainda não plenamente desenvolvidas. Cf. DRAY, 1999: 33.

pode ser reconstituída em sua própria mente" (COLLINGWOOD, 2005: 288). Negar isso significa negar a possibilidade de conhecer qualquer evento, esteja ele ocorrendo ou não no passado, ou seja, é admitir que o único pensamento existente é o seu próprio.

Como, entretanto, executar esse tipo de exercício de re-constituição dos pensamentos dos indivíduos do passado? Esta é, na verdade, a pergunta que a maioria dos críticos se concentra. Para Dray (1999), por exemplo tal noção só pode ser completamente interpretada na medida em que a relacionamos com a leitura que Collingwood faz da noção de compreensão empática (*verstehen*). Walsh (1978) também percebeu essa possibilidade de leitura, apontando Dilthey como ponto de inflexão da leitura collingwoodiana da tradição hermenêutica.⁴ Essa leitura e apropriação, amplamente confirmada não somente pelos textos de Collingwood, mas também por pensadores vinculados à própria tradição, reforça a tese de que "o princípio histórico da compreensão [em Collingwood] é que o fluxo da realidade é um produto inteligível e não redutível a entidades fixas como o pensamento grego ou a leis fixas, como nas ciências modernas" (DUSSEN, apud. COLLINGWOOD, 2005: xxxvi). Pensamento e compreensão, podem então ser reunidos no interior de um mesmo procedimento, fundamentalmente ilativo. Nesse sentido, re-constituir o pensamento dos indivíduos do passado equivale a empreender uma descoberta pelo significado da ação. E isso só é possível através da visualização das alternativas possíveis e das razões que levaram o agente a agir da forma como agiu, re-constituindo a experiência do mesmo.

Ora, à luz das considerações de Collingwood sobre a noção de pensamento e de sua aproximação da tradição compreensiva podemos incorporar ao seu horizonte conceitual a noção de pensamento mediado⁵ identificando por tal o procedimento de leitura, compreensão, acompanhamento das idéias dos indivíduos, expressas nas fontes e de reargumentação (COLLINGWOOD, 1981: 363-364). Nos manuscritos que restaram de outro livro que pretendia escrever (*The principles of history*) Collingwood trabalhava com perspectiva semelhante ao considerar que o problema mais importante relacionado a uma fonte não é saber se ela é verdadeira ou falsa, mas descobrir o que ela significa. Além disso, em "A

⁴ Inclusive com a utilização do termo "pensamento", mesmo que o próprio Dilthey tenha preferido o termo vivido (*erlebt*) para descrever a idéia da experiência humana em seu sentido mais amplo. Esta preferência indica, segundo Walsh, uma ênfase nas operações intelectuais executadas pelos indivíduos, o que o leva a considerar que, para a teoria collingwoodiana somente os pensamentos seriam capazes de serem re-constituídos. Como hipótese a ser investigada, essa preferência tem suas raízes, por um lado, na influência que Collingwood recebeu do contexto filosófico inglês das décadas de 1920 e 1930, especialmente de Wittgenstein e G. Ryle, e por outro lado, como é sabido, de Benedetto Croce.

⁵ Na verdade, a tradução literal seria 'pensamento em sua mediação' (*thought in its mediation*), utilizado por Collingwood para descrever o processo de re-constituição do pensamento de Platão ao escrever o *Teeteto*. Cf. COLLINGWOOD, 2005: 301.

História como Re-constituição da Experiência Passada", desenvolverá plenamente este conceito no intuito de responder a uma pergunta de ordem gnosiológica: "Como, ou em que condições, pode o historiador conhecer o passado?". Após reafirmar seu posicionamento clássico "o historiador tem de re-constituir o passado em sua própria mente" Collingwood identifica dois atos mentais que garantem a validade deste procedimento: primeiro, a identificação do ato de pensamento próprio do historiador, "o meu ato de conhecimento é este", depois, a identificação do ato de pensamento do outro, "pela maneira como fala, percebo que o seu ato é este". É através deste procedimento que o ato de pensamento re-constituído pelo historiador, pertencente a outra pessoa, passa a ser do historiador, "na medida em que o re-constituímos" (COLLINGWOOD, 1981: 351).

Encontra-se aqui, finalmente, uma última e decisiva característica do conceito collingwoodiano de re-constituição, que retoma a noção de pensamento mediado: a capacidade de reviver o pensamento dos indivíduos do passado não implica na perda de sua identidade e, ao mesmo tempo, não pode ser repetido no vácuo. Ele precisa ocorrer "sempre, num dado contexto, devendo ser o novo contexto precisamente tão adequado como o antigo". Neste processo de re-constituição é necessário que o historiador esteja preparado com uma experiência suficientemente parecida com a da pessoa, "de modo a tornar esses pensamentos orgânicos em relação à referida experiência" (COLLINGWOOD, 1981: 363) e, ao mesmo tempo, que pense em outras coisas capazes de auxiliar no julgamento que pretende re-constituir. Essa função mediadora do pensamento constitui-se, em verdade, a essência da concepção collingwoodiana de *re-enactment*, reforçando, ao mesmo tempo a noção de imaginação histórica e de autonomia da história. Isso porque, conforme Collingwood lembra, refletir historicamente exige uma justificação acerca das escolhas que o historiador faz em relação aos fatos que estuda, expondo tanto para si próprio como para os outros, os fundamentos em que se baseou. Exige, portanto, um pensamento crítico, capaz e disposto a reconstituir, para si "os pensamentos dos outros para verificar se foram pensados corretamente"⁶ (COLLINGWOOD, 1981: 310).

⁶ "E a única maneira de saber se um argumento é válido, Collingwood insiste, é experimentando-o, testando-o, para ver se ele realmente pode ser pensado. A insistência em que re-constituição deve ser crítica, assim, aponta para uma dimensão quasi-normativa da compreensão histórica. Compreender correctamente uma ação de um modo propriamente histórico é em certo sentido, percebê-lo como tendo sido tão adaptado às circunstâncias como o agente o viu" (COLLINGWOOD, 1999: 55-56).

Referência Bibliográficas

- ARNAU, P. *Cuentos de hadas y magia: los manuscritos antropológicos de Collingwood*. in.: *Thémata*, Revista de filosofia, nº 37, 2006.
- BELVEDRESI, R. "Collingwood y el constructivismo histórico". in.: *Revista de filosofía* 3ª época. Vol. X. Espanha: Universidad Complutense de Madrid, 1997.
- BOUCHER, D. "The significance of R. G. Collingwood's Principles of History". In.: *Journal of History of Ideas*. Vol. 58, n. 2 (apr. 1997). Pennsylvania, UE: University of Pennsylvania Press. Pp. 309-330.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.
- COLLINGWOOD, R. G. *An autobiography*. U.K.: Oxford University Press, 2002.
- COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la naturaleza*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- COLLINGWOOD, R. G. *The idea of history - Revised edition, with lectures 1926-1928*. U.K: Oxford University Press, 2005.
- DONAGAN, A. *The later philosophy of R. G. Collingwood*. U.K: Oxford Clarendon Press, 1962.
- DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1969.
- DRAY, W. H. "The Idea of History." in.: *CLIO*. Vol. 24, nº1, 1994.
- DRAY, W. *History as re-enactment: R. G. Collingwood's Idea of History*. U. K.: Oxford Clarendon Paperbacks, 1999.
- DURVAL, M. A. "Philosopher's life: review of An Autobiography by R. G. Collingwood". Oxford University Press. London: Milford. 7s. 6d. *The Times*. 15 Aug 1939, p. 8.
- DUSSEN, J. V. "Collingwood's 'lost' manuscript of the Principles of History". in.: *History and Theory*, Vol. 36, nº1, 1997.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método*, vol. II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GARDINER, P. *La naturaleza de la explicación histórica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1961.
- KEMP, G. "The Croce-Collingwood theory as theory". in.: *Journal of Aesthetics and Art Criticism*. Vol 61, nº2, 2003.
- MINK, L. *Mind, history and dialectic: the philosophy of R. G. Collingwood*. U.K.: Bloomington, 1969.
- RIDLEY, A. *R. G. Collingwood, uma filosofia da arte*. São Paulo: Unesp, 2001.
- ROLDÁN, C. "R. G. Collingwood y el cando del cisne de la filosofía de la história. in.: *Revista Isegoria*, Vol 4. 1991.
- WALSH, W. H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.